



A (IN)IGUALDADE DOS GÊNEROS EM UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA (THE (IN)EQUALITY OF GENDER IN A DISCURSIVE PERSPECTIVE)

Elaine Pereira Daróz¹

Resumo: Os discursos sobre as mulheres atravessam os tempos, regularizando determinados sentidos que se materializam nas práticas sociais. Em atenção ao papel da memória na regularização desses dizeres/sentidos sobre o feminino, propomos uma reflexão sobre os dizeres que se materializam nos movimentos antifeministas, em especial na sua primeira fase, tomando como aporte teórico-analítico os pressupostos da Análise de discurso (Pêcheux). Para tanto, propomos uma breve reflexão sobre o movimento feminista liderado pelas ditas sufragistas e, a seguir, uma análise de dois panfletos antifeministas da época. Nessa perspectiva, buscamos melhor compreender o modo de funcionamento desses dizeres na regularização de uma memória sobre a mulher na atualidade.

Palavras-chave: mulher; Análise do discurso; memória; atualidade.

Abstract: The discourses about women go through the times, regularizing certain meanings that materialize in social practices. In view of the role of memory in the regularization of these sayings / senses about the feminine, we propose a reflection on the sayings that materialize in anti-feminist movements, especially in its first phase, taking as its theoretical-analytical basis the assumptions of Discourse Analysis. (Pêcheux). To this end, we propose a brief reflection on the feminist movement led by the so-called suffragists, and then an analysis of two anti-feminist pamphlets of the time. From this perspective, we seek to better understand the way these sayings work in the regularization of a memory of saying about women nowadays.

Keywords: woman; Discourse Analysis; memory; nowadays.

1. PALAVRAS INICIAIS

Nos relatos da literatura judaico-cristã, a mulher, Eva, é concebida a partir de um pedaço de Adão, significado como o primeiro homem (BÍBLIA, Gênesis 2: 22). Sendo Adão feito à imagem e semelhança de Deus, a mulher seria, então, a imperfeição humana, produzida para uma complementaridade do homem. A questão da divisão dos sexos é perpassada por questões religiosas. Relatos anteriores apontam para uma relação hierarquizada entre os gêneros. Assim, trazemos aqui uma perspectiva histórico-discursiva para melhor compreendermos o modo de funcionamento desses dizeres na regularização de uma memória do dizer sobre a mulher na atualidade.

Na Grécia antiga, segundo Aristóteles (2006), por exemplo, a mulher era concebida como potência, uma possibilidade de vir a ser, enquanto o homem trazia em si a forma, sendo assim um ser inferior por natureza. Tal comparação, advinda de suas

¹ Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. lainedaroz@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6084-7850>

observações acerca do gênero animal, é pautada na presença – doutra forma, pela ausência – de certos órgãos e suas funções no corpo. Nesse caso, embora seja a fêmea a reprodutora, é no macho que existe essa possibilidade de multiplicação da espécie, cabendo a ele, o homem, o exercício de investir e transcender a sua animalidade por meio do cultural; no social, portanto.

No século XVIII, cenário de mudanças políticas, sociais e econômicas em decorrência da Revolução Francesa e do Iluminismo, cujo pensamento racionalista imperava nas discussões acerca da sociedade, perduraram as questões sobre a diferença sexual, pautadas na relação entre a natureza e a cultura. O homem, um ser naturalmente racional, era dotado de capacidade de conhecer e apreender o conjunto de ações necessárias ao seu desenvolvimento social; pensamento este que dissemina as noções de autonomia, de igualdade e de liberdade, fundamentos da Revolução Francesa (Danilo MARCONDES, 2001), cabendo, então, a delimitação dos espaços público e privado e seus desmembramentos na distinção entre os sexos².

A partir dos anos 1840, a Biologia se constitui a ciência do século XIX, reafirmando a hierarquia dos sexos. Sob essa perspectiva, para Comte (1851), as mulheres eram concebidas como um estado de infância radical, residindo nelas o sentimento social, representado pelo sexo afetivo. Assim, elas não eram consideradas iguais ao sexo masculino, mas a sua complementaridade, ou seja, suas companhias.

Ainda firmado em discursos científicos então vigentes, para Darwin (1871), a seleção natural, assim como a sexual, dá ao homem a precedência sobre a mulher, possibilitando a ele a produção, enquanto que caberia à mulher apenas a reprodução, inclusive, da espécie humana. Como um dos efeitos desse imaginário do feminino, estava a interdição de dirigir ou exercitar qualquer papel na vida pública, acessível somente por uma participação indireta, restando à mulher, o ambiente privado e a reclusão do lar. Assim, somente ao homem era concedida a prerrogativa de transitar entre a família e a cidade, entre a universalidade de cidadão e a singularidade do desejo, onde se encontra a liberdade e o reconhecimento de si mesmo; inacessível à mulher.

Sob essa perspectiva, a hierarquização da relação entre homem e mulher se dá pelo jogo do reconhecimento de si mesmo no outro, produzindo um efeito de unidade na dualidade d/nos corpos, possível somente ao homem. Relação essa que emerge no arcabouço das discussões do século XIX, tendo como mote a reflexão entre a divisão dos espaços demarcados para homens e mulheres, legitimada pela distinção animal entre o masculino e o feminino. Discursos que corroboram a suposta fragilidade feminina e, portanto, a sua inapetência a ocupar os espaços públicos e o exercício da cidadania, que lhe é negada.

Neste trabalho, embora perpassemos o movimento feminista em seu primeiro estágio, primeira onda, não nos debruçamos sobre os seus desmembramentos, tampouco especificidades, por não constituírem o objeto de nossa reflexão. Interessa-nos aqui expor o caráter ideológico que se materializa nos dizeres sobre as mulheres, visto que, a nosso pensar, é constitutivo de uma relação tensa que se estabelece entre os sujeitos, possuindo implicações nas práticas sociais na atualidade.

Nesse percurso, destacamos, a noção de discurso concernente à Análise do discurso, fundada por Michel Pêcheux nos anos 1960, na França. A partir de então, tomamos a historicidade dos movimentos feministas, levando em conta a carga ideológica

² Tendo como alguns dos seus princípios básicos a valorização da família, a Revolução Francesa é concebida, por Perrot (2003) como um dos movimentos históricos mais importantes, para não dizer o mais importante, visto que contribuiu para a legitimação da distinção dos lugares sociais com base nos papéis sexuais, nos quais os homens exercem os direitos políticos e as mulheres, a função de cuidadora e zelosa do lar e da família.

na qual os sentidos sobre a mulher se regularizaram ao longo dos tempos para, a seguir, empreendermos gestos de análise acerca de alguns dizeres antifeministas postos em circulação concomitantemente à luta das mulheres por sua inserção no espaço público³.

2. NA LÍNGUA, O DISCURSO: LUGAR DE PODER E LUTAS IDEOLÓGICAS

Historicamente, diversos textos literários demonstram o poder inerente à palavra. É também por relatos bíblicos que a gênese do mundo é criada, possível a partir da palavra (BÍBLIA, Gênesis 2). Ainda para a organização de uma sociedade, filósofos gregos se debruçaram sobre a palavra, entre eles Aristóteles, que faz da retórica o seu objeto de estudo para melhor compreender as formas de argumentação e persuasão.

No século XX, foi Ferdinand de Saussure que deu à língua a sistematização necessária para que tivesse estatuto de cientificidade, apontando nela o caráter social, cuja função seria essencialmente de estabelecer a comunicação entre os falantes (Ferdinand SAUSSURE, 1967). E foi trilhando os caminhos de Saussure na trajetória dos estudos da linguagem, que Michel Pêcheux promove uma releitura dos estudos saussureanos, em especial no que concerne à relação língua e fala, para pensar o discurso como objeto de estudo de sua disciplina, a Análise de discurso. Em um deslocamento da noção da língua, enquanto supostamente homogênea e neutra, tomada a partir da sua função de estabelecer a comunicação entre os falantes, Pêcheux (2010 [1975]) a concebe como base material para a realização dos discursos, ponto assente no qual a ideologia se materializa. Posto isso, Pêcheux passa a pensar no seu funcionamento, tendo como ponto primordial sujeitos desde-sempre assujeitados pela ideologia, cujo assujeitamento é a condição primeira para ser sujeito.

Nesta perspectiva, o discurso é concebido como “efeito de sentidos” (PÊCHEUX, 1997 [1969]), visto que os sentidos não estão ali fixos *a priori*, mas se estabelecem na relação constitutiva entre sujeito e língua, importando nessa relação não apenas as posições que os sujeitos ocupam no discurso como também as situações sócio-históricas nas quais se inscrevem na produção do dizer.

Acerca deste objeto teórico que desponta nos estudos da linguagem, Malidier (2003, p. 15-16) afirma,

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento.

Nessa “aventura” teórica, o autor lança um novo olhar para a relação que se estabelece entre sujeito e língua, constitutivamente heterogêneos, tomando em atenção o processo de (re)significação dos sentidos, e dos sujeitos, sempre passíveis de se tornarem outros.

Sendo assim, segundo Pêcheux (1988 [1975]), a contradição é inerente ao discurso, visto que nele implicam tanto as posições que os sujeitos ocupam na estrutura social como as situações em que estão envolvidos na produção do dizer, tendo sempre a possibilidade de se tornar outro. A língua, por sua vez, concebida como lugar de

³ Este trabalho é fruto de reflexões e pesquisas realizadas durante o estágio de pós-doutoramento realizado na Universidade de São Paulo (USP /FFCLRP), sob a supervisão da Prof^a Dr^a Lucília Maria Abrahão e Sousa, e com o suporte financeiro do órgão de fomento FAPESP (Proc nº 2018 /13017-2).

realização do discurso, não é um ponto de concordância entre os sujeitos, mas o lugar onde se materializa a ideologia e se desenvolvem as lutas de classe, constitutivas das relações dos (e entre os) sujeitos que se enunciam, e são enunciados, a partir de determinadas filiações ideologicamente sobredeterminadas.

Nesse movimento contínuo e ininterrupto no qual sujeitos e sentidos se constituem, ainda segundo Pêcheux (1999 [1983]), a memória ocupa um lugar estrutural na produção do dizer, produzindo nos sujeitos discursivos a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de determinados sentidos a partir dos enunciados propostos; possíveis porque, de acordo com o autor, a memória é “espaço móvel de disjunção, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização, um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999 [1983] p. 56). Dessa forma, é sob um efeito de evidência que determinados sentidos são retomados por meio de implícitos – já-ditos anteriores relativamente estabilizados no seio social – e os dizeres são atualizados, estando sempre sujeitos à deriva.

Em nossa pesquisa, observamos que determinados dizeres sobre o feminino, postos em circulação em condições de produção específicas, são retomados na atualidade, em especial na rede mundial de computadores. Considerando que, na atualidade, a internet exerce grande poder de persuasão sobre os seus usuários, pensamos que a retomada desse modo de dizer próprio da (e sobre a mulher), produz os seus efeitos nas práticas entre os sujeitos contemporâneos.

Para melhor compreendermos o modo de funcionamento desses discursos sobre a mulher, empreendemos, a seguir, uma breve reflexão acerca do movimento feminista, para pensarmos as relações de força constitutivas das relações entre os sujeitos, em especial ao que tange à posição, sobredeterminada ideologicamente, da mulher na estrutura social.

3. NAS CORRENTES (ANTI)FEMINISTAS: O FEMININO EM DEBATE

Em finais do século XIX ao início do século XX, na Europa, os movimentos feministas surgem como um contradiscurso à ordem vigente, um ato de resistência que busca ressignificar o lugar da mulher na sociedade, visando regular uma memória sobre a mulher e as posições que ela deve ocupar na sociedade.

Em meio a uma rede de discursividades sobre a mulher, concebida majoritariamente sob o olhar masculino, emergem movimentos em prol das mulheres que, sob um caráter historicamente transformador, inauguram uma nova forma de dizer sobre (e para) a mulher, em contraposição ao discurso patriarcal e à invisibilidade feminina.

Nesse contexto, as lutas feministas contra a discriminação e demais formas de violência contra a mulher desencadearam uma série de movimentos transformadores, cujas conquistas se materializam em nossos dias em seus diversos níveis. Em seu primeiro momento, imbuídos das lutas por direitos dos operários, os embates se deram em prol do direito ao trabalho às mulheres, assim como a participação feminina na política com o direito ao sufrágio (voto feminino); lutas que visavam ao reconhecimento da mulher enquanto ser pensante, como condição para o exercício da cidadania. Movimento que se dá na Inglaterra, enquanto nos Estados Unidos da América as mulheres negras militavam pela abolição da escravidão, promovendo, assim, uma interseccionalidade aos movimentos em prol de suas demandas⁴. Sob essa perspectiva, o feminismo, mais que

⁴ Embora não nos detenhamos nos demais movimentos dali oriundos, por não ser o nosso objeto de estudo neste trabalho, vale ressaltar que tendo o seu primeiro momento a conquista do sufrágio, esses movimentos

uma luta por direitos singulares, traz à tona um projeto de mundo que abarca todas as esferas, sejam elas filosóficas, sociológicas e econômicas, visando estimular o exercício da cidadania, tendo como sustentáculo o diálogo social entre sujeitos e instituições.

Além dos movimentos nas ruas, nos quais inúmeras mulheres perderam a sua vida, emergem também movimentos a fomentar novos pensamentos sobre a temática da mulher, com vistas à (re)configuração de novas práticas. Dentre as precursoras desse movimento, destacamos Simone de Beauvoir, em especial a sua obra *O segundo sexo* (Simone BEAUVOIR, 1970), trazendo à tona questões sobre os mitos do casamento e da fragilidade feminina a partir de um novo olhar.

Segundo a autora, é pelo mito sobre o corpo feminino e o matrimônio, que se legitimam as desigualdades entre os gêneros e sexos, firmadas em um modelo estrutural aparentemente evidente, visto que foram reiteradas e naturalizadas sistematicamente ao longo dos tempos. Ao questionar esse discurso sobre a mulher por meio de um olhar machista, Beauvoir traz à memória a formação diferenciada da menina em relação ao menino que, desde a tenra infância é preparada para servir, dever assegurado desde o pai que perdura no matrimônio, destino incontestável à sua existência.

Destino esse que condicionava – e, pensamos, ainda condiciona em certa medida – as suas práticas na esfera íntima, na sua subjetividade enquanto alienação de si em prol do outro – seja pai, marido ou filhos – com implicações na esfera pública, pela sua dependência econômica. Para a autora, é justamente pela (in)dependência econômica que a mulher teria autonomia para ser, mais que para ter, estabelecendo, assim, a possibilidade de mudanças sociais mais profundas por meio de um nivelamento nas relações sociais (BEAUVOIR, 1970).

Como podemos observar, é pela língua, e pelo discurso, portanto, que se materializam as tensões constitutivas das relações sociais. Em meio a uma trama de discursividades, os sentidos vão se (re)estabelecendo na esfera social e se regularizando nas práticas dos sujeitos.

A despeito de toda a luta das mulheres, e em prol das mulheres, o feminismo era significado de forma individualizada, como uma opinião singular, uma desordem, uma histeria, em detrimento de um movimento coletivo, racional, no espaço político. E, assim, concomitante a essa rede discursiva acerca da (in)igualdade dos sexos, emerge também, em contraposição a essas lutas, um discurso antifeminista, a fim de estabilizar as práticas até então legitimadas, pautadas numa hierarquização entre os sexos.

Os discursos antifeministas, legitimados pela ciência para a qual a mulher era concebida como um ser naturalmente inferior ao homem, tiveram o seu apogeu no século XIX, ganhando contornos vultosos com efeitos nos tempos vindouros. Dentre os autores com notoriedade à época, destacamos Proudhon (1857, p. 205), para o qual, em *La pornocratie ou les femmes dans les tempes modernes*, a mulher é o complemento do homem:

[...] La différence des sexes eleve entre eux une séparation entre les animaux. Aussi, bien loin d'applaudir à ce qu'on appelle aujourd'hui émancipation de la femme, inclinerais-je bien plutôt, s'il fallait en venir à cette extrémité, à mettre la femme en réclusion⁵.

tiveram os seus desmembramentos ao redor do mundo, cuja pluralidade das demandas, condizentes com o seu tempo, denunciam a diversidade das lutas femininas/de mulheres e faz emergir questões e práticas na busca por um espaço no e pelo qual as mulheres possam se dizer em suas necessidades.

⁵ Em tradução livre da autora: A diferença dos sexos gera entre eles uma separação entre os animais. Portanto, longe de aplaudir o que chamamos hoje de emancipação das mulheres, eu preferiria, se tivéssemos que chegar a esse extremo, colocar as mulheres em reclusão.

Desde o título de sua obra, *A pornocracia ou as mulheres nos tempos modernos*⁶, o autor alude à regularização de um imaginário sobre a mulher em consonância com novas formas de pensamento que despontam no século seguinte; mulheres essas tidas como modernas, ou tal como discursivizadas por Proudhon (1875), as cortesãs.

Para ele, a mulher é o complemento do homem, agregando a sua beleza à força masculina; uma matéria que, segundo a tese aristotélica, chama a forma (o homem), um meio-termo entre homem e animal, uma variante do binômio natureza e sociedade. Reiterando a diferença entre os sexos como constitutiva da espécie humana, ou seja, à mulher cabe a função de reprodução e consumo – significadas como serviços ligados à casa e economia doméstica – e ao homem, função de fecundar, produzir e prover – sendo a mulher, portanto, um ser naturalmente inferior – o autor defende a reclusão das mulheres como forma de resistência aos movimentos por sua emancipação.

Tomando em atenção que é pelo discurso que se travam as lutas de (e pelo) poder, e destacando, como uma das consequências da teoria de Proudhon (1875), justamente o surgimento dos movimentos antifeministas, retomamos Pêcheux (1988 [1975]) para ressaltar que na disputa pela regularização de quais sentidos serão estabilizados na esfera social, muitos sentidos serão silenciados ou até mesmo apagados. É a ideologia que opera não apenas a reprodução dos sentidos, mas também a sua naturalização a fim de conduzir os sujeitos a responderem às demandas da ordem vigente. O funcionamento da ideologia na circulação dos dizeres antifeministas nos interessa, especialmente em panfletos autoexplicativos, como o da figura 1.

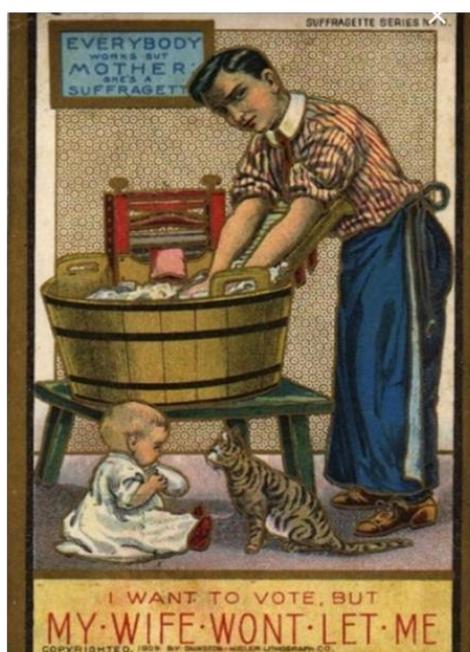


Figura 1. Direitos em tensão

Fonte: <https://www.hypeness.com.br/2016/07/essas-propagandas-do-inicio-do-seculo-20-nos-ajudam-entender-como-o-machismo-foi-disseminado/>

Na imagem, materializam-se dizeres acerca do trabalho – “Todos trabalham, exceto a mãe. Ela é uma sufragista” – e do direito ao voto – “Eu quero votar, mas a minha mulher não me permitirá” (tradução livre da autora) –, demandas das feministas que, na primeira fase do movimento, foram significadas como sufragistas (ou *suffragettes*).

⁶ Tradução livre da autora.

Firmado nas bases do liberalismo, o direito ao voto e a participação da mulher na vida pública significavam, para as mulheres, sobretudo, o reconhecimento de sua capacidade intelectual e o direito às oportunidades, de trabalho inclusive, até então concedidas apenas aos homens.

Até finais do século XIX, aproximadamente, como já reiterado, a mulher era significada como uma pessoa, visto que tinha deveres, porém de inteligência inferior à do homem. Esse princípio era supostamente justificado pela constituição do corpo feminino, e legitimado pelo biologismo da época. Em *Le droit de la femme*, Secrétan (2018 [1886], p. 245) afirma que “L’infériorité cérébrale n’autorise donc pas plus que l’infériorité musculaire à séparer la personnalité juridique de la personnalité morale [...]”⁷. Ao defender a personalidade jurídica como direito das mulheres, visto que estas possuem deveres, o autor reitera, no entanto, a suposta inferioridade intelectual e física da mulher em relação ao homem. A suposta inferioridade feminina era frequentemente justificada pelo discurso judaico-cristão (Bíblia, Gênesis, 2:21-22), e operava como fator determinante para o imaginário do feminino até então significado, sendo reverberado ao longo dos tempos. Na Idade Média, por exemplo, as bruxas (a serem) caçadas e condenadas à morte – como Joana D’Arc – eram, em geral, mulheres que não se identificavam à ordem vigente e resistiam a determinadas práticas de submissão, simbólica e /ou física, a que muitas eram submetidas.

Dito isto, observamos que a luta pela equiparação dos direitos das mulheres era perpassada por uma relação de forças baseada numa polaridade pautada na diferença dos sexos biologicamente pensados. Acerca desse pensamento vigente, Beauvoir (1970) afirma que esta suposta inferioridade física da mulher se dá na medida em que ela é, desde a tenra idade, preparada para a reclusão do lar e o serviço ao outro – donde, segundo a autora, decorre o apagamento do Eu em função do outro, o homem – ao passo que o homem é estimulado a desempenhar papéis de comando, desenvolver o intelecto, e força, como benefício ao seu vigor físico.

Segundo Althusser (1967), a ideologia tem como função ordenar os sujeitos a fim de direcioná-los a ocupar as suas posições pré-determinadas na esfera social. A partir dos sentidos que se inscrevem nos panfletos, observamos que a emancipação da mulher era significada como risco à função ideologicamente sobredeterminada⁸ ao homem. Assim, seguindo o pensamento de Proudhon (1857), que é a base dos movimentos antifeministas, os panfletos tinham a função não só de alertar para os possíveis danos ao marido e à família, causados pela emancipação da mulher, como também para a punição das mulheres que lutavam por seus direitos.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (2001 [1975]) aponta para a punição enquanto forma de coerção, tendo como um de seus fins o controle social para a sustentação da ideologia dominante. Pautados muitas vezes na violência física, o controle e a punição eram, assim, uma prática das classes dominantes, a fim de subjugar os cidadãos às elites do poder econômico. Sob essa perspectiva, a negação de direitos à mulher significava sua alienação na sociedade e, portanto, sua completa submissão ao homem. Para tanto, a naturalização de determinados sentidos, via reprodução, produz o efeito de obviedade de sentidos necessários.

⁷ Em tradução livre da autora no português do Brasil, temos que “A inferioridade cerebral não autoriza mais do que a inferioridade muscular a separar a personalidade jurídica da personalidade moral”.

⁸ Filiados aos pressupostos teórico-analíticos da AD de linha pecheutiana, compreendemos por sobredeterminação a determinação do sujeito discursivo a uma série de fatores marcados ideologicamente, visto que essa sujeição à ideologia, pela via da interpelação ideológica, é a condição de ser sujeito (PÊCHEUX, 1988 [1975]).

Dentre as formas mais eficazes de naturalização dos sentidos, a fim de exercer o controle, está a persuasão, possível por uma aparente evidência dos sentidos a serem regularizados no seio social, como podemos ver na figura 2.



Figura 2. Antifeminismo e família

Fonte: <https://www.hypeness.com.br/2016/07/essas-propagandas-do-inicio-do-seculo-20-nos-ajudam-a-entender-como-o-machismo-foi-disseminado/>

Para Davallon, “[...] a imagem é utilizada em complementaridade ao enunciado linguístico para tornar presentes as qualidades e conduzir o leitor não só a se recordar, mas se posicionar em meio ao grupo social dos consumidores” (Jean DAVALLON, 2010, p.28). A considerar os processos de interpelação/identificação inerentes à relação do sujeito/língua e(m) sociedade, a imagem, materializada nos panfletos, constitui-se em um lugar de materialidade da ideologia, no e pelo qual é produzido um efeito de persuasão aos discursos machistas naturalizados no seio social.

Numa abordagem discursiva, Lagazzi (2009) aponta para a imbricação entre o verbal e o visual, pensando na relação entre linguagem e história como determinante da interpretação do sujeito e, por conseguinte, constitutiva de todo discurso. Sob esse viés, a imagem é discurso e, portanto, produtora de sentidos e determinante das práticas sociais.

Na figura 2, observamos que a emancipação da mulher é significada como uma ameaça à paz e à felicidade doméstica, tendo o marido como primeira vítima. Segundo Beauvoir (1970), o mito do casamento, enquanto lugar de acolhimento e felicidade, promove um apagamento das relações de tensão ali inerentes, fundadas numa hierarquização entre os sexos, na qual a mulher é significada como o outro, ou o não-eu, nesta relação que lhe nega a subjetividade. A negação do direito à atuação no espaço público é uma das formas de objetificação da mulher legitimado pelo casamento. Pensamento esse que, de certa forma, ressoa nos dias atuais, produzindo os seus efeitos nas práticas dos sujeitos.

Juteau & Laurin (1988) observam que, desde finais do século XIX até os dias atuais, o trabalho feminino é socialmente significado como complementar à renda familiar, tendo como uma das alegações a posição do homem de provedor da casa e, portanto, a profissionalização da mulher é dispensável para a família. Por esse discurso, o casamento se constitui, em alguns lares, ainda na atualidade, uma das formas de

apropriação da mulher, em ambiente privado, que a aliena e a impele a ocupar lugares pré-determinados ideologicamente na esfera social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nossas reflexões e análises, observamos que os discursos não se estabilizam aleatoriamente na esfera social, mas são resultantes de uma luta tensa que se estabelece na e pela língua, no discurso, portanto. Sendo assim, inscritos em condições sócio-histórico-ideológicas específicas de cada tempo, os sentidos são sempre passíveis de se tornarem outros, a depender da relação do sujeito à ideologia dominante, tendo em vista a sua tomada de posição no discurso.

Dentre os inúmeros dizeres sobre a mulher que atravessam os tempos, estão os mitos relacionados à fragilidade, à incapacidade intelectual e, por conseguinte, à sua aptidão supostamente natural para a vida doméstica, sendo o casamento e a reclusão do lar as suas únicas formas de realização, ou seja, o serviço ao outro. E, assim, a mulher foi significada como o outro da relação, inferior e docilizada para o recato, atributo que a sua posição pré-determinada lhe destina.

No entanto, os movimentos feministas, que tiveram o seu apogeu no início do século XX com a luta pelo sufrágio e equiparação dos direitos, se constituíram como um contradiscurso à ordem vigente, uma possibilidade de transformação das práticas machistas em prol de uma sociedade igualitária. Entretanto, seguindo o pensamento vigente no século XIX, a igualdade não correspondia a uma possibilidade no século XX e os discursos antifeministas proliferaram, em forma de panfletos, inclusive, para advertir os cidadãos dos perigos que a liberdade e a igualdade ofereciam à paz doméstica. Este pensamento, de certa forma, ainda ressoa nos dias atuais, em especial em nosso país, num momento em que são fomentados discursos misóginos, muitas vezes legitimados pelo Estado, representado na posição do então presidente da República Jair Bolsonaro.

Muitas foram as lutas travadas para a conquista de alguns direitos para as mulheres. Ao instituir a Análise do discurso, Pêcheux tomou em atenção a relação entre história e memória, a fim de desnaturalizar os sentidos como passo primordial para a transformação das práticas sociais. Tomamos aqui a Análise do discurso como aporte teórico, a fim de nos dar maiores subsídios para compreendermos o caminho pelo qual sujeitos e sentidos se constituem, compreendendo que a memória ocupa um papel primordial nesse processo. Neste trabalho, trazemos à memória, enquanto elemento estruturante dos discursos, a luta tensa que se estabeleceu no movimento (anti)feminista em sua primeira fase, para compreender o modo de funcionamento da ideologia dominante nos dizeres sobre as mulheres na atualidade, que, muitas vezes, perpassam uma idealização do feminino em prol de uma cultura que naturaliza uma prática machista em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
ARISTÓTELES. *Éthique à Nicomaque*. Paris: Éditions Les Échos du Maquis, 2014.
BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. v. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
BÍBLIA Online. *Gênesis* 2: Disponível em <https://www.biblionline.com.br/acf/busca?q=costela+ad%C3%A3o>. Acesso em 30 dez. 2019.
COMTE, Auguste. *Système de Politique Positive*, v. 1. Paris: A La Librairie Scientifique, 1851.

- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Jean-Pierre *et all.* *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 2010.
- DARWIN, Charles. *Descent of man and the sexual selection*. London: John Murray, 1871.
- DUBY, George; PERROT, Michelle. *Histoire des femmes en Occident: l'Antiquité*. Paris: Perrin, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987
- JUTEAU, Danielle; LAURIN, Nicole. L'évolution des formes d'appropriation des femmes: des religieuses aux "mere porteuses". *Revue Canadienne de Sociologie et D'Anthropologie*, v. 25. n. 2, 1988, p. 183-207.
- LAGAZZI, Suzy. O recorte significativa na memória. In: INDURSKY, F; FERREIRA M. C. L.; MITTMANN, S. (orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas, Pontes, 2017.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1969].
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990 [1983]
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999 [1983].
- PÊCHEUX, Michel. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. Campinas: Mimeo, 2000 [1977].
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *La pornocratie ou les femmes dans les temps modernes*. Paris: Lacroix, 1875.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Grande Bibliothèque Payot, 1967.
- SÉCRÉTAN, C. *Le droit de la femme*. Paris: Hacette/BnF, 2018.

Recebido: 30/5/2020

Aceito: 23/2/2021

Publicado: 23/3/2021